BAIRROS RURAIS NO OESTE PAULISTA: Da Resistência Simbólica Às Perspectivas De Inserção No Novo Rural Brasileiro

RURAL DISTRICTS IN THE WEST OF SÃO PAULO: Of Resistance Simbolics At The Perspective From Insertion In The Brasilian Rural.

LES DISTRICTS RURALES DE LA REGION OUEST DE SÃO PAULO: De Résistance Symbolique A La Perspective D'entrer Dans Le Nouveau Rurale Brésilienne.

PAULO CÉSAR DE SOUZA
Geógrafo, Mestre em Geografia e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente – SP
Membro do Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agricultura – GEDRA
Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo.
Email: paulinhogeo@hotmail.com

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente-SP
Membro do Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agricultura - GEDRA.
Email: nivaldo@fct.unesp.br

RESUMO
A Região de Presidente Prudente começou a ser efetivamente ocupada a partir das primeiras décadas do século XX. A atividade agropecuária sempre teve grande importância na região, sendo que os ciclos econômicos ligados aos produtos agrícolas propiciaram significativo dinamismo econômico até, pelo menos, o início dos anos 1960. Entre 1960 e o final da década de 1980 houve a progressiva substituição de lavouras tradicionais pelas pastagens que passaram a dar suporte a atividade pecuária bovina de corte. Desde os anos 1990 vêm sendo instituídas políticas públicas voltadas ao meio rural, o que

tem propiciado certo dinamismo da economia regional. Um dos principais aspectos notados na região foi a manutenção de inúmeras comunidades rurais, as quais durante toda a fase de estagnação continuaram buscando alternativas de sobrevivência no meio rural. Elas resistiram às crises e ainda permanecem na zona rural porque buscam diferentes fontes de renda, tanto agrícola como não agrícola. As políticas públicas voltadas ao atendimento dos pequenos produtores rurais são de fundamental importância para que esta população continue a residir no meio rural.
Palavras-chave: Comunidade rural – política pública - Meio rural – atividade agropecuária

ABSTRACT

The region of Presidente Prudente started to be effectively occupied from the early decades of the twentieth century. Agricultural activity has always been important in the region, and the cycles related to agricultural products led to significant economic dynamism, at least the early 1960s. Between 1960 and late 1980's there was the gradual replacement of traditional crops by pasture now to support the activity beef cattle. Since the 1990s have been instituted public policies aimed at rural areas, which has allowed certain dynamism of the regional economy. A key point noted in the region was the maintenance of many rural communities, that throughout the plateau continued to seek alternatives for survival in rural areas. They have withstood the crisis and remain in rural areas because they seek different sources of income, both agricultural and nonagricultural. Public policies directed to support small farmers are essential for this population continues to reside in rural areas.
Keywords: Rural communities – politics publics - rural way – agricultural produtcs

RESUMÉ

La région de Presidente Prudente a commencé à être effectivement occupé depuis les premières décennies du XXe siècle. L'activité agricole a toujours été important dans la région, et les cycles liés aux produits agricoles ont apporté un dynamisme économique important au moins jusqu'au début des années 1960. Entre 1960 et fin des années 1980 il a été le remplacement progressif des cultures traditionnelles par des pâturages maintenant de soutenir l'activité de

bovins de boucherie. Depuis les années 1990 ont été mis en place des politiques publiques visant à les zones rurales, ce qui a permis un certain dynamisme de l'économie régionale. Un point essentiel a noté dans la région a été le maintien de nombreuses communautés rurales, que tout le plateau a continué à rechercher des alternatives pour la survie dans les zones rurales. Ils ont résisté à la crise et rester dans les zones rurales parce qu'ils cherchent différentes sources de revenus, à la fois agricoles et non agricoles. Les politiques publiques pour les petits agriculteurs sont essentiels pour cette population continue à résider dans les zones rurales.
Mots-clés: Communauté rural – politiques publiques - zones rurales –- l'activité agricole

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos do novo rural brasileiro em pequenas comunidades rurais no interior de São Paulo, especificamente no Oeste do Estado, região de Presidente Prudente.

Oriundos de um mesmo processo de colonização, vários municípios da região passaram por fases de ocupação/formação, de dinâmica econômica e estagnação, similares entre si. No final do século XX, especificamente na década de 1990, o país passou vivenciou um novo modelo rural, baseado no crescimento agroindustrial. Objetivou-se o mercado internacional, houve diminuição no êxodo rural e acentuou-se a permanência no campo por parte das populações ligadas às atividades rurais. Outra característica foi o crescimento das ocupações e movimentos sociais aos latifúndios, efetuadas por famílias alijadas da terra por conta da ação do capital especulativo nas áreas rurais.

Assim, propõe-se rever os novos aspectos das comunidades rurais na passagem do século XX para o XXI. O recorte específico foi Martinópolis, um dos maiores municípios do Oeste Paulista que têm suas áreas localizadas entre as bacias do Rio do Peixe, ao norte, e do Parananema ao sul, com área de 1.253 Km^2. A estrutura fundiária desta região é caracterizada pela pequena e média propriedade,

próximas aos centros urbanos, vilas e povoados e pelo latifúndio nas áreas mais longínquas.

Neste recorte espacial, verificou-se a emergência de inúmeras comunidades rurais nos territórios municipais durante o século XX, e que, apesar da ausência de políticas públicas específicas para a região, ainda buscam alternativas para permanecerem na zona rural e mantêm perspectivas de inserção no modelo do novo rural paulista e brasileiro.

Este artigo tem como base a pesquisa realizada entre os anos 2002/04, tento como referência a Região de Presidente Prudente, onde se estabeleceram ao longo dos anos muitas comunidades rurais. A investigação nesta área objetivou diagnosticar as condições atuais das comunidades rurais no Oeste Paulista. Num total de 90 entrevistas, buscou-se rever as novas ações das populações rurais do interior do Estado visando à permanência no meio rural. Além do trabalho com dados de fonte primária, buscou-se evidenciar a vivência comunal das comunidades estudas observando e se integrando aos seus modos de vida, ao cotidiano simbólico e material das relações pessoais e econômicas vivenciadas no processo adaptação a um novo modelo de produtividade para manutenção da propriedade e da sobrevivência da família. A todo coletivo também surgiu como uma das principais fontes de análises para entender-se a articulação entre o que persiste como identidade e fortalecimento da unidade local e o que se cria para inserção no novo rural.

O texto apresenta um caráter teórico com algumas articulações entre trabalho empírico e discussões sobre o tema apresentado, e algumas propostas para uma nova perspectiva entre produção familiar, coletividade e inserção de novos agentees são enfocadas no período final, quando se busca notificar algumas considerações sobre a realidade atual do espaço rural regional no Oeste Paulista.

Primeiramente, serão enfatizados os aspectos sociais, econômicos, espaciais e culturais das comunidades rurais e seu contexto no meio rural brasileiro, para num segundo momento tratar das formas de inserção ao novo modelo.

II BAIRRO RURAL: definições

A unidade geográfica Bairro Rural foi foco de estudos de diversos pesquisadores em várias áreas das ciências humanas como

Sociologia, Antropologia, Geografia e Economia. Essas análises priorizam as transformações ocorridas no meio rural a partir da intensificação das relações cidade-campo.

Hoje os bairros rurais têm características diferentes das apresentadas no passado. A partir do impulso da urbanização e da industrialização – pós 1950 –, novas relações foram sendo estabelecidas entre as comunidades e as propriedades rurais que constituem o espaço geográfico de muitos municípios do Brasil.

A existência dessas comunidades rurais na Região de Presidente Prudente é resultado da produção do espaço articulada entre sociedade local, conjugando-se adaptação, relações de poder, relações de produção e participação do Estado, ora equilibrando, ora ampliando as diferenças territoriais.

As transformações ocorridas nas relações campo-cidade ressaltadas por Santos (1997, p. 55) sobre a "nova hierarquia urbana", designam o novo modelo estabelecido nas relações entre pequenos povoados, como as vilas, que não se classifica na relação tradicional verticalizada, qual seja, vila – cidade local – cidade regional (SANTOS, 1997, p. 55), assim por diante...; mas sim, numa relação multilateral, de interdependência, constituída e modelada por redes geográficas possibilitadas pela disseminação dos meios tecnológicos, científicos e informacionais, dinamizados pelo processo de circulação e industrialização em escala ampla.

A obtenção e o aparecimento de novas técnicas, principalmente na esfera produtiva do setor agrícola/agroindustrial, permitiu estabelecimento de um novo esquema de dependência manifestado no espaço geográfico, especificamente nos lugares. Assim, o Bairro Rural é entendido de maneira diferenciada de acordo com o lugar, a região e até mesmo com as condições de vida do grupo social que o constrói.

Para Martins (1986), a construção do conhecimento do meio rural surge "a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais" (p. 12). Portanto, a forma de vida rural é o fator fundamental que caracteriza o ajustamento social, ocorrendo à formação de um agrupamento com relações internas peculiares e similares.

Berger e Luckman (1996) definem que as relações sociais concretizadas em agrupamentos específicos são resultantes da construção social da realidade e não somente de tratados e

determinações impostas ou decididas por ciclos de poder e governos. Assim, entende-se que a formação dos grupos rurais no Brasil acompanhou as transformações nos modos de produção. A definição desses agrupamentos não apareceu pronta no espaço e no tempo, é decorrência da adaptação e da resistência de grupos, que visavam atender suas necessidades básicas de sobrevivência e reprodução social.

Esses grupos sofreram transformações sem perderem sua legitimação social, sem deixar de ser uma organização socioespacial que desenvolve, na história, nova funcionalidade. Verificou-se então, que o agente social é a concretização e a identificação do grupo ou da comunidade como parte de um todo, do reconhecimento de ser coletivo.

Para entender esses grupos é importante que se reflita sobre os fatores ocorridos em suas formações, reportando-se a características que vão além das relações econômicas. Woortmann (1995) explica que "a família camponesa tem sido estudada como unidade de produção e de consumo" (p. 11) e que as sociedades compostas pelas famílias rurais "desenvolvem mecanismos" que extrapolam a esfera econômica, desenvolvendo resistência cultural, criando identidade e conceito próprio, mecanismos estes que "lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação" (p. 11).

A formação do meio rural brasileiro está relacionada primeiramente com as relações de trabalho e a apropriação dos meios de produção e em segundo lugar com a alteração das relações sociais pela alienação das atividades e identidades (MARTINS, 1986). Essas relações estavam intrínsecas no seio da formação cultural e social da sociedade brasileira marcada pelos signos da exploração (PRADO JR, 1973).

Algumas comunidades eram de imigrantes estrangeiros, outras de migrantes internos. Há ainda aquelas nascidas no cerne da formação rural, famílias mestiças que mantinham e desenvolviam mecanismos de sobrevivência, relações com o meio físico/natural e atividades produtivas para troca. Toma-se como exemplo a sociedade caipira paulista. Eram, em sua maioria, fechadas num modo de vida específico, reproduzindo sua mão-de-obra com divisão social do trabalho simplificada, mantendo-se através de relações de vizinhança e de trocas, também simplificadas.

Com a miscigenação, as relações de trabalho foram modificadas e surgiram interesses econômicos específicos, sendo que em cada região brasileira se formaram comunidades rurais parecidas, porém, diferenciadas quanto às suas raízes. No contexto geral, Ribeiro (2001) às especifica a partir das formas culturais e da evolução; adaptação e sobrevivência:

> Elas são representadas pela cultura crioula, que se desenvolveu nas comunidades de faixas de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição coordenadora fundamental o engenho açucareiro. Pela cultura caipira, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preias de índios para a venda, depois da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização. Pela cultura sertaneja, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido, até os cerrados do Centro-Oeste. Pela cultura cabocla das populações da Amazônia, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. Pela cultura gaúcha dos pastoreios nas campinas do Sul [...] (RIBEIRO, 2001, p. 272).

Duas características estão presentes na formação de resistência desses grupos: uma delas é o enquadramento no modo capitalista de produção se articulando às exigências do mercado: A outra é a preservação de costumes, interesses comuns, religiosidade, crenças e família (WORTTMANN, 1995).

Embora, com as transformações ocorridas no final do século XX, quais sejam o surgimento do complexo agroindustrial (MULLER, 1989), a intensificação do êxodo rural, a "expulsão" do homem do campo e a flexibilização do papel do Estado com o enfraquecimento do crédito oficial (DELGADO, 1985), observou-se, na contramão desse processo, fatores como: resistência e permanência no campo; modelo familiar como identidade cultural; preservação das relações com o meio natural através dos indícios de sustentabilidade; sociabilidade dos grupos; crescimento de atividades

não-agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999) e a reprodução da força de trabalho, manutenção e sobrevivência das famílias, tanto econômica como financeiramente.

Neste contexto, a definição de "bairro rural" especifica a formação clássica e ainda existente do espaço rural brasileiro. A formação da sociedade rural como ponto de partida para a contemporaneidade do novo rural brasileiro é um fator preponderante no contexto, da mesma forma que as mudanças nas novas relações econômicas dos grupos locais são advindas das relações rural/urbano e agrícola/industrial

III BAIRRO RURAL: força da expressão no território paulista

Esta expressão foi utilizada para contextualizar os bairros rurais no Estado de São Paulo. O termo, usado por Queiroz (1973), permite identificar o grupo rural com características diferenciadas de outros grupos rurais presentes nas outras regiões do país. A autora afirma que

> A coexistência, no território do Estado de São Paulo, de formas diferentes de grupos rurais, uns remontando longe no passado, outros formados recentemente; as transformações rápidas porque passaram os campos e as cidades deste Estado desde os fins do século XVIII; a entrada de massas de imigrantes europeus que a partir de fins do século XIX enriqueceram com uma componente sócio-cultural nova a paisagem rural paulista, tornam plausível a existência de diferentes formas elementares de agrupamentos e de vida cultural no meio rural paulista.(QUEIROZ, 1973, p. 3).

Baseado na formação histórica e geográfica do Estado de São Paulo verificou-se que esses grupos são resultado de ações estabelecidas no passado a partir de iniciativas do Estado e das classes dominantes. Entretanto, o mais importante foi a ação das classes populares, que surgiram e se estabeleceram como agentes determinantes na territorialização de um sistema de vida específico

caipira no Estado de São Paulo, partindo do litoral para o interior e alcançando outros Estados ao longo do século.

A produção do espaço territorial paulista se constituía na formação de vilas – posteriormente pequenas cidades próximas a São Paulo. Adentrando ao interior a presença das vilas e dos bairros rurais configuravam a freguesia local, constituída por moradores esparsos nas propriedades, de paróquia e cemitério (CÂNDIDO, 2001).

Segundo Queiroz (1973), essa comunidade denominada **"bairro rural"** se configurava pela centralidade à qual se referia um grupo proporcionando ajuntamento, relações comunitárias, de trocas econômicas e culturais, resultando numa sociabilidade completa entre pessoas que ocupavam uma determinada área, esparsas, mais ou menos distantes, porém próximas no campo das relações das trocas simbólicas. Para George (1979) "a primeira forma de relações econômicas e sociais concernentes ao meio rural é a apropriação do solo: apropriação tribal e todas as formas de apropriação coletiva total ou parcial derivadas da propriedade tribal ou apropriação individual" (p. 17).

Como resultado da apropriação do solo numa determinada área, a continuidade desse processo foi e é evidente para a configuração do contexto atual. Uma vez que o meio rural, hoje tecnificado, dotado de serviços e informações variados e múltiplos, mais ou menos definido pela inserção do modelo urbano voltado para o mercado, assim mesmo, possui um grau de dispersão, menos ajuntamento, problemas de circulação, barreiras naturais e certa tradição étnico-cultural. Assim, atualmente as conformações rurais são continuidade da unidade territorial geográfica instituída no contexto paulista e chamada de "bairro rural". Portanto, apesar das novas configurações sociais e geográficas, ainda permanecem.

IV A GEOGRAFIA DOS BAIRROS: as relações simbólicas e materiais (sócio-econômicas) que definem as comunidades rurais.

De fato, a configuração geográfica das comunidades rurais é a mesma estabelecida noutras épocas: a presença da igreja (ou capela) no centro, representando não somente o centro geográfico, mas a centralidade das relações culturais e da sociabilidade. Essa

centralidade envolve o local de encontro, de aproximação social, de participação do indivíduo na sociedade, onde o mesmo se reconhece como pertencente ao bairro, como agente que deixou de ser individual e passou a ser coletivo. A socialização de cada indivíduo é enfatizada pela ação do grupo em detrimento do "bem próprio" para o "bem comum".

Todavia a ação do capital industrial e financeiro é evidente, principalmente nas propriedades de cunho organizacional, quer sejam de trabalho familiar, associativo e nos agronegócios. Àqueles que resistiram à intensa transformação no meio rural por questões de preservação da propriedade e que ainda, com pouco capital e investimento, passaram de um grau de subsistência e manutenção inserindo-se, timidamente ao modelo de mercado, agregando técnica e diversificando seu meio produtivo, se transformaram em pluriativos ou multifacetados, agregando renda, configurando-se nos agentes do novo rural brasileiro.

Os bairros analisados, todavia, representam concretamente o sistema semelhante de configuração e das formas que Queiroz (1975) e Cândido (2001) descreveram e discutiram em suas obras na metade do século XX. Os bairros rurais das primeiras regiões ocupadas no interior de São Paulo eram formações constituídas de comunidades e núcleos rurais que ainda existem e mantêm organização espacial semelhantes. Tanto nas vilas, com relativa urbanização, como nos bairros – com referências da igreja e das propriedades – , a identidade é força de sociabilidade e permanência

Muitos municípios com base produtiva agrícola, situados no Oeste Paulista, agregam a suas formações geográficas os bairros rurais, nos quais há representação de grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, da geração de emprego e mão-de-obra, da contribuição de impostos e dinamismo socioeconômico interno e externo do território local. Essas populações ligadas ao meio rural, mesmo desenvolvendo atividades agrícolas ou não, exercem importante significado para as economias local e regional.

Atividades ligadas ao fornecimento de serviços essenciais, de transporte de bens e de pessoas, são evidentemente fatores importantes para economia rural local. Os casos do transporte escolar entre longas distâncias, do pessoal ligado a mão-de-obra canavieira e demais produtos agrícolas dinamizam as relações internas e externas entre vários municípios. A circulação de produtos alimentícios, como

hortaliças, frutas, pequenos animais, doces artesanais, leite e seus derivados, representam uma fatia considerável das economias locais em municípios de baixa renda e dependentes do meio rural. A produção de leite e derivados garante sustento de produtores como renda fixa e segura o ano todo.

A existência de serviços públicos de boa qualidade também oferece condições e infra-estrutura para manutenção e crescimento dessas economias locais. Considerando-se, por exemplo, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH) e o Programa Luz para Todos, de relativo sucesso entre os rurais, tanto quanto o estímulo ao associativismo e a realização de investimentos públicos na manutenção da infra-estrutura existente (estradas rurais, pontes, posto de saúde, correios, segurança, etc) tem colaborado para a efetivação das dinâmicas internas municipais.

Porém, cabe destacar que as configurações espaciais e a sociabilidade, com maior ou menor aspecto econômico, são, em parte, conseqüências do que ocorreu no passado. Na medida em que os bairros eram povoados os grupos procuraram se organizar em torno de um ponto de referência. O raio de influência das capelas locais, tanto nas vilas e nos entornos, como o poder de influência que um grupo exerce sobre moradores esparsos nas propriedades, são aspectos que definem o desenho geográfico e influenciam economicamente.

A vila ou comunidade como centro de referência reforça, por fim, a identidade, consequentemente um dos fatores de permanência no meio rural. A identidade fortalece o sentimento de pertencimento ao grupo, o que reforça a resistência, favorece o associativismo, as relações de poder e proximidade com as políticas públicas.

A religiosidade também exerce papel preponderante, pois as relações simbólicas manifestadas e desenvolvidas nas comunidades rurais são resultado da própria construção da identidade social ao longo de sua história (BORDIEU, 2001). Para tanto, da escala local para as mais amplas, o grau de estabilidade dessas relações simbólicas é o sustentáculo da integralidade e força do bairro, perfazendo costumes, valores, tradições e objetivos comuns.

Outro fator importante é a mobilidade populacional. O deslocamento de pessoas entres os bairros, para a cidade e para outros

municípios se tornou constante, principalmente com a melhoria dos meios de transporte e das estradas. A isso, se junta à circulação de mercadorias e serviços responsáveis por uma grande fatia da economia municipal. A dinâmica interna e local é viabilizada pelas relações econômicas tanto do modo de vida dentro dos grupos como no processo de fortalecimento da economia municipal e continuidade do crescimento das cidades.

Cândido (2001) enfatiza que, quando se especifica o modo como que se perguntava aos habitantes qual a definição do local onde moravam:

> Qual a sua unidade de agrupamento? A freguesia, no conjunto, centralizada pelo que costumava chamar a sua 'capital'? Não, certamente: mas sim aquelas unidades fundamentais referidas acima: os grupos rurais de vizinhança, que na área paulista se chamaram sempre bairro." (p. 81).

Atualmente, em 2010 a dinâmica especificada deriva não só do contexto econômico vigente que é a operacionalização do modo de produção capitalista, da inserção no mercado e agregação de renda, do desenvolvimento local e regional, mas de um conjunto entre o que foi um momento no passado e como se insere ou é no presente.

Os bairros rurais são unidades geográficas e componente social caracterizados pela vizinhança, costumes comuns, identidade, história, cultura, ocupação territorial hereditária, crença e preservação dos recursos naturais. Esse conjunto de especificidades poderá resultar na caracterização material, do meio econômico de vida através da racionalização da produção, do trabalho e da apropriação dos recursos locais, que notadamente circundam em torno do objetivo comum, melhoria das condições de vida da reprodução social local.

Bordieu (2001) ressalta que a eficácia simbólica prende-se a construção e a manutenção das sociedades e essas relações representam a afirmação das identidades através de ícones e símbolos que configuram formalmente a integração, a unidade e a existência social. A existência social, bem articulada, promove a existência material, essas, o desenvolvimento equilibrado e sustentável (SACHS, 2008).

As novas e velhas representações coexistem num mesmo espaço, entretanto o novo chama mais a atenção, porém o velho é

mais nutrido de representação histórica. De fato, nos municípios cuja base econômica está assentada na agropecuária, a geografia dos bairros rurais é revestida de grande importância, desde os aspectos fisiográficos, o meio natural e a apropriação histórica dos recursos até a reprodução social dessa adaptação e permanência. Ela é constituída de novos arranjos sem que os antigos desapareçam. Esses, passam a se articular em funções diferenciadas. É uma geografia que estuda o espaço com visão da totalidade, sincronizando-o através de seus símbolos, seus objetos e sua materialidade (SANTOS, 2002).

Não se pode definir o que é hoje sem se considerar o que já foi e como se desenvolveu no espaço e no tempo. Assim, a busca de perspectivas para inserção no novo rural deve considerar-se a capitalização do espaço como um todo com ênfase naquilo que há por vir – ou seja, planejar. As novas relações existentes no lugar são ações que podem definir o retorno ao desenvolvimento local e regional, bem como a sincronização entre unidades sociais e políticas, rurais e urbanas e diversas unidades geográficas regionais.

Santos (2002, p. 96) salienta que "qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam [...]", e, de fato, a adequação às mudanças e a inserção a elas definem uma nova realidade. Desta forma "ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde a um surgimento de cada novo sistema de técnicas. [...] Em realidade não, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação." (p. 96). Essa afirmação guarda estreita relação com a contextualização do novo modelo, ou padrão rural estabelecido para o Brasil no final do século XX e início do século atual. O importante é inserir-se efetivamente a ele.

De fato, não foi e nem se assistirá o total desaparecimento das comunidades rurais, mas sim o que se propõe é a necessidade de se aprofundar os estudos do processo de permanência dos bairros ao longo da industrialização do meio rural e da expropriação exercida pelo modo capitalista de produção. Deve-se considerar as novas articulações para a agricultura familiar, ressaltar o aspecto do desenvolvimento a partir do ordenamento territorial, que tenha, para tanto, um caráter sustentável, duradouro e efetivamente justo. Sobre considerar-se a formação de uma estrutura geográfica e sua

manutenção e desenvolvimento, novamente reporta-se a Santos (2002, p. 96) quando este enfatiza que

> Como um lugar se define como ponto que se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudanças morfológicas, junto a novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função.

Santos (2002), citando Kant (1802), relata que este escrevia que os objetos mudam e propõem diferentes geografias. Para tanto, as novas formas de organização não chegam juntas a um mesmo lugar, seguem, porém com velocidade de assimilação social com maior ou menor grau de resistência. A dependência do conjunto da totalidade geográfica, com grau de expansão e retração diferenciadas em cada lugar, altera substancialmente a paisagem. Assim, num contexto generalizado cabe à comunidade a ação de (re)criar novas perspectivas e realidades, somando-se, evidentemente ao conjunto das realidades locais distribuídas no território. A relação entre o que já foi produzido sobre bairro rural e o que se desenvolveu na investigação delimitada, possibilita, por um lado, analisar o que permanece e o que foi destruído nas comunidades, e por outro, visualizar as transformações e a nova funcionalidade dos lugares (SANTOS, 2002).

V O NOVO MODELO RURAL: a permanência no meio produtivo e a inserção no mercado.

Partindo do pressuposto de que as comunidades rurais foram analisadas em sua totalidade, e essa totalidade consiste em enxergar os fatores como eles realmente são, considerou-se o conjunto dos fatores em sua plenitude, ou seja, um sistema, (SANTOS, 2002). Além dos modos de vida ligados a cultura, à essência histórica, aos processos de transformação/adaptação, denota-se que o objetivo principal dos grupos especificados é a reprodução social e inserção no mercado. Lidando com os meio técnicos, científicos, conjuntamente com informações, a realidade dos produtores rurais e das dinâmicas

produtivas nos bairros, está expressamente diferenciada. Contanto, muitas ações precisam ser executadas para melhorar as condições das populações pobres que sobrevivem da produtividade no campo, algumas delas se consistem em políticas públicas de cunho social e solidário.

A contextualização espacial serve como orientação. Porém, além da topografia, da hidrografia e dos elementos fixos estão presentes: a) o sentimento de localidade; b) a presença de famílias extensas e tradicionais dando novas conotações para a apropriação e distribuição do espaço; c) a modificação na estrutura produtiva interna de algumas propriedades através da diversidade e verticalização das linhas produtivas e da pluriatividade; d) a resistência ao processo de expropriação dos meios de produção e intensificação da produção familiar. Na verdade, essa última característica é fator preponderante para continuidade no meio rural, para a própria existência das comunidades rurais e a economia que envolve as populações do entorno, resultando sucessivamente no desenvolvimento de territórios pobres.

Se, se considerar que a existência das comunidades rurais depende de sua continuidade no meio rural produzindo e gerando renda, com enfoque na produção familiar pluriativa e da sustentabilidade; que o dinamismo econômico da grande maioria dos municípios do interior do Estado depende basicamente do desempenho do setor agropecuário, e que, os negócios expandem ou se retraem na medida em que as atividades neste setor caminhem bem ou mal (HESPANHOL, 2005), cabe avaliar o que se propõe daqui para frente para o meio rural no contexto regional é a busca de alternativas alicerçadas em projetos com futuro duradouro e equilibrado.

Além do aspecto setorial, políticas de ordenamento territorial com caráter regional devem repensar a nova estrutura do espaço rural para as comunidades rurais, pequenos e médios proprietários e reavaliar a importância destes no desenvolvimento das economias local e regional, principalmente naquilo que vai desembocar, consequentemente, no desenvolvimento das pequenas cidades da região.

Os ciclos produtivos regionais, ao longo do século passado promoveram diferentes fases na estruturação das economias locais.

Porém, pensando a geografia dos municípios, verificou-se a emergência de um novo ciclo econômico no final dos anos 1990 e início do século XXI, decorrente da nova dinâmica da agricultura brasileira. A década de 1990 sinalizou uma retomada de crescimento no meio rural. Hespanhol (2004) e Souza (2004) salientam que, algumas localidades voltaram a apresentar certo dinamismo no campo graças a expansão agroindustrial em alguns setores. A presença de assentamentos rurais, a implantação de atividades rurais não agrícolas, a flexibilização de processos produtivos e ação de políticas públicas como Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (HESPANHOL, 2005) e PRONAF (ABRAMOVAY, 1998; LIMA et al., 2002 e HESPANHOL, 2004), Luz para Todos e os Territórios de Cidadania, denotam a emergência de um terceiro e novo ciclo produtivo, que aponta para uma perspectiva mais favorável aos municípios da região.

No decorrer das investigações observou-se que o trabalho com a lavoura foi, num passado próximo, a principal atividade dos produtores e moradores das comunidades rurais, visto que 52% estavam intimamente ligados a esta atividade. Atualmente novas atividades e ocupações não-agrícolas surgiram no meio rural e a diversidade produtiva se tornou uma necessidade para manter-se no meio rural e agregar renda (SILVA, 1999).

Reportando-se as afirmativas de Hespanhol (2004) e Souza (2004) nota-se que novas estruturas produtivas podem e poderão surgir se forem considerados aspectos relevantes como a expansão agroindustrial, a continuidade das atividades rurais não-agrícolas, a flexibilização do processo produtivo por parte dos produtores e o fortalecimento das associações ligadas a economia rural, bem como a adequação e vontade política dos agentes locais – poder público e sociedade.

Como base territorial, a pesquisa em Martinópolis/SP serviu de parâmetro para uma análise ampla sobre as formações rurais atuais na região de Presidente Prudente. A afirmação de que um novo ciclo surge a partir das características observadas na pesquisa representa a existência de ações que estão sendo efetivadas, embora ainda timidamente.

No universo observado verificou-se que a maioria das pessoas não pretende deixar o campo ou seu meio de vida nas comunidades rurais. Tanto por parte dos produtores, como dos moradores locais –

empregados, autônomos e diaristas –, o que se verificou é que 64,5% pretendem continuar no meio rural, ocupados nas atividades que atualmente desenvolvem. Destes, ainda 35,5%, pretendem sair. A figura 01 mostra as intenções e confirma o desejo de permanência, dando continuidade ao processo de formação do espaço em que habitam.

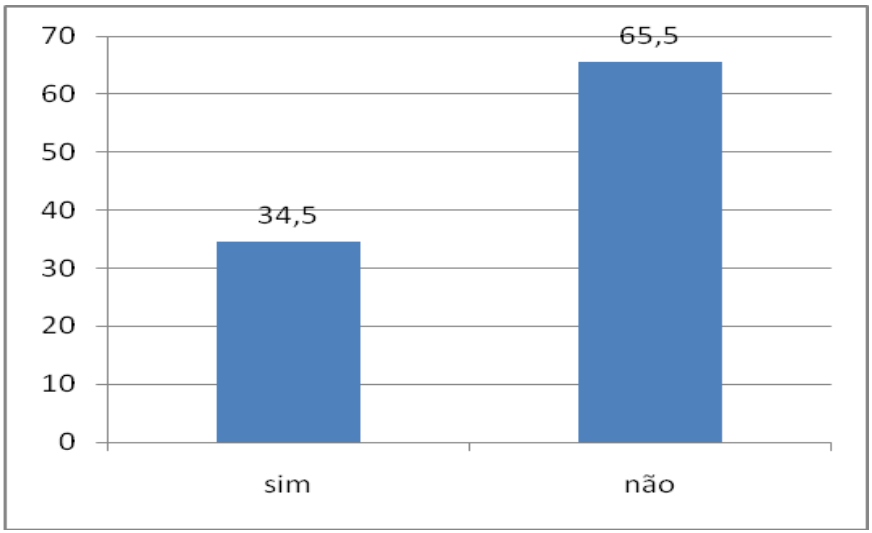

Figura 01. Intenção dos moradores dos bairros rurais em mudar de local (%). Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

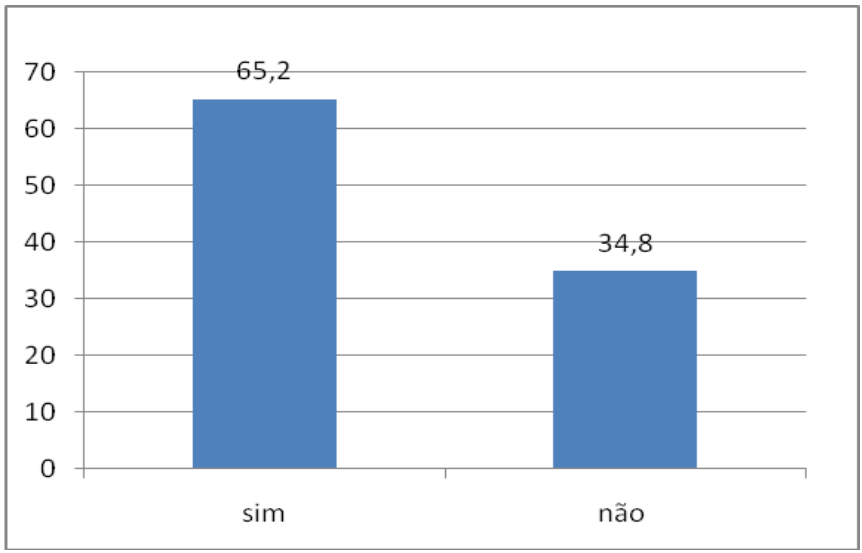

Figura 02. Intenção dos sitiantes dos bairros rurais em continuar vivendo da exploração da terra (5). Fonte: Trabalho de Campo, 2003.

Na figura 02, observa-se que a quantidade de produtores rurais que pretendem continuar nesta atividade é ainda maior, sendo que 65,2% ainda têm como principal fonte de renda as atividades agropecuárias no local. Devido às muitas transformações ocorridas no rural brasileiro, principalmente após 1960 com a inserção agroindustrial e, efetivamente na década de 1980, com o fim do crédito rural subsidiado, era evidente que os fatores que levaram a expulsão do homem do campo ainda tivessem grande peso, entretanto, a investigação empírica demonstra aspectos, ora relativamente diferenciados. As perspectivas de permanência no meio rural são maiores do que há duas décadas.

Cabe ressaltar que a maioria dos proprietários vê a terra como componente seguro da sociabilidade e da instituição familiar. 65,2% demonstram afinidade com o local, apego à propriedade e o desejo de melhorar a produção. Com o objetivo de flexibilizar e verticalização o processo produtivo (MAZZALI, 2000), o interesse mais freqüente é o aproveitamento da área da melhor forma possível, com inserção de tecnologia, planejamento, manejo rural, preservação dos recursos naturais e investimento em atividades alternativas.

Esse tipo de produtor pode ser visto como modelo de resistência as imposições do capital especulativo e ao

empobrecimento. Uma vez que, além das iniciativas articuladas entre alguns produtores rurais, o associativismo e as políticas públicas denotam o surgimento de outro tipo de produtor rural, não mais excessivamente dependente das relações primárias com o meio natural, das políticas de crédito subsidiado e das crises no setor, mas aquele que planeja dentro de um circuito racional de produção, circulação, mercado, informação, renda, cuidado com a propriedade e com os recursos naturais por ela oferecidos (solo-água-vegetação), caminhando para um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo, inserido e articulado numa rede geográfica.

Como mostra Martins (1995), a terra em si não tem valor, porém o que se faz nela quer seja com muito ou pouco espaço, isso é o que representará o resultado da ação do trabalho, para esse autor

> A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração de trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ser a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1995, p. 160).

A busca de alternativas para resistir ao processo estrangulador do capital faz a diferença entre os que se reestruturaram e os que excluídos deste processo. A conjugação dos campos de resistência simbólica e material é vista na objetividade de permanecer na comunidade, participando das ações culturais e cultivando algumas tradições, bem como na preservação da propriedade rural, estabelecendo relações de trabalho para o grupo, promovendo transformações, dando continuidade ao processo econômico.

A propósito, muitos municípios dependem basicamente daquilo que é produzido no meio rural para que a própria cidade possa desenvolver-se. A existência de cadeias produtivas *a priori,* pode

significar a centralidade das atividades apenas num único setor, porém o que se notou não foi especificamente e somente o crescimento do setor sucro-alcooleiro na região. É necessário evidenciar a continuidade das produções advindas das pequenas e médias propriedades e do trabalho familiar pluriativo. Embora seja evidente a aceleração da produção de açúcar e álcool e a territorialização da cultura canavieira nos municípios da região, as comunidades rurais, principalmente aquelas de produção familiar e tradições ligadas a terra, configuram geograficamente e existência e permanência dessas unidades – vila, povoado e bairros.

Como a produção rural se concentra nas pequenas e médias propriedades, atualmente o desenvolvimento destas unidades está diretamente ligado às ações do poder público nos níveis municipal, estadual e federal. Programas integrados entre os agentes federativos são de suma importância para a efetivação de um novo ciclo para a região. Uma vez que grande parte dos municípios paulistas possuem base econômica ligada a agropecuária, uma crise que afete o setor de uma região como o Oeste Paulista, que é relativamente pobre, compromete todo sistema produtivo regional (HESPANHOL; HESPANHOL, 2004, p. 5)

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto geográfico das comunidades rurais no Oeste Paulista tem mudado efetivamente, principalmente após os anos de 1980. O êxodo rural, em outras décadas e a expulsão do homem do campo são fatores que provocaram o surgimento de uma nova estrutura. A existência de forte concentração de terras marcada pela presença histórica do latifúndio também dificultou a efetivação de uma nova dinâmica agrícola regional. Todavia, no final dos anos de 1990, surgem ações e alternativas para vencer a estagnação do setor agropecuário.

Na medida em que se observou a estagnação, principalmente das pequenas propriedades, verificou-se também uma nova configuração geográfica nas comunidades rurais baseadas numa economia local que viabilizava toda dinâmica econômica dos municípios. De fato, as cidades foram fortemente afetadas pelo declínio das atividades agropecuárias e esses tiveram efeitos sobre toda a região. O capital especulativo tornou-se o principal meio de

acúmulo de riquezas e lucro. Os problemas vividos no meio rural afetaram de pronto toda a dinâmica produtiva.

No final da década de 1990 e após o ano 2000, verificou-se e presença das pequenas e médias propriedades na zona rural com economias que gravitavam em torno da produção familiar. Muitas dessas propriedades estavam ligadas a comunidades rurais que preservaram um conjunto de características que proporcionou sua sobrevivência no meio capitalizado como: diversificação, pluritativadade e verticalização dos meios produtivos, busca de novas atividades não-agrícolas no meio rural, preservação de raízes culturais e melhor manejo e utilização dos recursos naturais.

Os traços simbólicos, anteriormente especificados, apresentam uma configuração do novo modelo sobre o pré-existente, porém preserva muitos aspectos, ressaltando a afirmação de Santos (2002) que as velhas formas, ou objetos permanecem, porém mudam de função. A permanência dos grupos que compõem as comunidades rurais pode ser destacada pelo conjunto: sociabilidade-inserção-políticas públicas e desenvolvimento local.

O novo rural brasileiro está cheio dessas especificações podendo ser estudadas de acordo com os locais diferenciados. A nova dinâmica da agricultura promove distorções em espaços diferenciados, a serem analisados separadamente. Todavia procura-se entender o setor somente pelo viés setorial, com certo desdém para grandeza geográfica região, quando não se aprofundam as discussões sobre desenvolvimento regional como um todo conjunto e suas facetas múltiplas de relações.

Porém, observando as especificidades da Região de Presidente Prudente, foi, todavia, setor agropecuário que favoreceu o resgate do desenvolvimento, com destaque para participação de diferentes agentes atuando num sistema. A participação dos agentes federativos como município, Estado e União, efetivou ações por parte de outros agentes, a sociedade local, o capital privado (empresarial) e outras organizações.

Verificou-se que as comunidades rurais têm buscado alternativas para estabelecerem seu modo de vida. O fato de compreender como os bairros têm se adequado ao sistema atual, levou a estudar as condições atuais e os objetivos dos moradores quanto à resistência e a reprodução social. Essas comunidades

buscam se estabelecer no espaço através de mecanismos que surgem internamente. Efetuam economias de trocas, caracterizadas *a priori* como descobrimento das especificidades locais, e, posteriormente, alternativas às transformações ocorridas no espaço rural e às relações que se manifestam nele atualmente.

No espaço rural, em geral, além das relações econômicas, há os aspectos simbólicos: tradição, cultura, família, costumes e identidade. Esses aspectos formam redes internas e externas, aparentemente simplificadas, mas profundamente articuladas e interdependentes, quanto às ações psico-sociais, de produção e de trabalho. O propósito de estudar os grupos rurais foi direcionado a fim de verificar as potencialidades de resistência encontradas no meio, no que diz respeito ao despojamento das formas tradicionais, às alternativas que os grupos buscam para permanecerem na terra e a sobrevivência familiar.

Para finalizar, cabe ressaltar alguns pontos:

1. A complexidade da relação campo-cidade estabeleceu um direcionamento para o mercado, pormenorizando os produtos de subsistência. Depois se estendeu na esfera financeira, com ações setoriais e regionais do Estado de maneira desigual;

2. A internalização do capital industrial na agricultura não promoveu efetivamente uma cadeia agroindustrial regional, entretanto foi através disto que muitos pequenos produtores se adaptaram ao novo sistema de mercado. Mesmo assim, verificou-se que produtores que não se desligaram do meio rural criam alternativas ao trocarem ou diversificarem suas linhas de produção;

3. Apesar da melhoria nas condições socioeconômicas, do oferecimento de serviços públicos de boa qualidade e da manutenção das condições físicas, a inexistência de planejamento (público e privado) faz com que o potencial econômico das áreas não seja explorado integralmente. Um planejamento local mais ativo, principalmente por parte do setor público, poderia propiciar o acesso a informações e estimular o desenvolvimento de outras atividades.

Todavia, a sociabilidade se difunde pelas características atuais das comunidades, pela dialética de subordinação-adaptação e resistência a apropriação dos meios de produção pelo capital. No enfoque das relações de resistência manifestas nas comunidades rurais, considerou-se um conjunto de elementos capazes de proporcionar a análise do objeto de estudo. Na caracterização das

comunidades rurais, verificou-se a existência de algumas possibilidades em torno do desenvolvimento local, como é o exemplo do leite, da revitalização da pequena propriedade em torno de produtos característicos locais como algodão, amendoim, tomate e principalmente a mandioca. Todavia, é importante a existência de políticas públicas setoriais e sociais para produção de algumas frutas e tubérculos, e produção de pequenos animais, característicos da pequena propriedade e da agricultura familiar.

O que se observa, atualmente, decorre das discussões sobre desenvolvimento desigual. Ou seja, as políticas públicas de ordenamento territorial e produção do espaço, ainda são mais efetivamente setoriais do que de caráter regional. A região de Presidente Prudente, dotada de municípios com relativo capital social baixo, continua sendo uma das mais pobres do Estado de São Paulo, e mesmo, captando recursos públicos e retomando a dinâmica produtiva, está aquém de um desenvolvimento regional efetivo e duradouro.

De fato, o desenvolvimento pode ser aceito como aquilo que não abarque somente os setores econômicos, mas principalmente os setores sociais. Portanto, desenvolvimento pressupõe a espacialização equilibrada nas esferas de produção e nas relações de trabalho: a ordenação da divisão territorial, social e espacial.

VII REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: 2.ed. Editora da Unicamp/HUCITEC, 1998.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomaz. **A construção social da realidade**. 21.ed.Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**.Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo do caipira paulista e a transformação dos meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2001.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil:** 1965-1985. São Paulo: Ícone Ed., Editora da Unicamp, 1985.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**.Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, José . **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp – IE, 1999.

HESPANHOL, A. Nivaldo. **A atuação do Estado no processo de desenvolvimento Brasileiro**. In: MENEGUETE JR, Messias, ALVES, Néri (Org). **FCT (40 anos), perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: Unesp/FCT, 1999. p. 21-41.

HESPANHOL, A. Nivaldo ; HESPANHOL, Rosangela Ap. de M. **Desenvolvimento rural e poder local:** a situação dos CMDRs na região de Presidente Prudente. I Seminário Internacional – Desenvolvimento local na integração**:** estratégias, instituições e políticas, IGCE – Unesp, Rio Claro 2004.

HESPANHOL, A. Nivaldo. O programa microbacias hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. In: **Anais das 4tas JORNADAS INSTITUCIONAIS SE ESTÚDIOS AGRÁRIOS E AGROINDUSTRIALES**. 2005, Buenos Aires**.** Faculdad de Ciências Econômicas, UBA, 2005. p. 1- 20.

LIMA, Dalmo M. de A.; WILKINSON, John (Org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar no Brasil**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Introdução e crítica a sociologia rural**. 2.ed.São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente da reorganização agroindustrial: do complexo a** organização em rede. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

PRADO JR, Caio. Sentido da colonização. In:_____.**Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 19-32.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Bairros rurais paulista**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. SãoPaulo/SP: Livraria Duas Cidades, 1973.

SMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural de mudança social**. São Paulo: Biblioteca Universitária, Companhia Ed. Nacional, 1973.(série 2ª).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e espaço, razão e emoção. 2.ed.São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro-São Paulo: Record., 2002.

SOUZA, Paulo César. **A resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis**. (212). Dissertação de Mestrado Em Geografia - Universidade Estadual Paulista, FCT/Unesp, Campus de Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, Paulo Cesar, HESPANHOL, A, Nivaldo. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis – SP. **Geografia em Atos,** Presidente Prudente, v. 1, n. 4. p. 99 – 113, 2002.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UnB, 1995.